

Jornalismo em campanha: os diários soteropolitanos na cobertura da sucessão governamental de 1919¹

Ana Cristina SPANNEMBERG²

Resumo: A campanha de sucessão governamental de 1919 na Bahia é considerada a mais acirrada do Estado durante a Primeira República. Nela, a atuação política dos periódicos soteropolitanos foi expressiva, especialmente do jornal *A Tarde*, que liderou a organização de um pleito inconstitucional à intendência municipal e difundiu ameaças de milícias armadas comandadas por coronéis do interior à capital da Bahia, no episódio que ficou conhecido como Revolta Sertaneja. O presente texto analisa a cobertura do jornal soteropolitano *A Tarde* à campanha eleitoral de 1919, bem como de dois de seus contemporâneos, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia*, para, a partir delas, discutir o papel social dos jornais do período. O marco teórico que sustenta a proposta baseia-se na Sociologia Figuracional de Norbert Elias (1999) e no processo de modernização do jornalismo proposto por Nelson Traquina (2005).

Palavras-chave: Jornalismo impresso, papel social dos jornais, eleições, modernização.

1 Uma versão preliminar do presente artigo foi apresentada no 7^a Encontro Nacional de História da Mídia - promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, em agosto de 2009. O texto compõe a pesquisa "Entre mudanças e permanências - Itinerário do papel social dos jornais diários soteropolitanos no Século XX a partir da análise das coberturas eleitorais do jornal *A Tarde* em 1919, 1954 e 1990", defendida em como tese de doutoramento em junho de 2009, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

2 Jornalista, professora do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA/2004) e doutora em Ciências Sociais (UFBA/2009). E-mail: anaspenn@gmail.com

Periodismo em campanha: los diarios de Salvador/Bahía en la cobertura de la sucesión gubernamental de 1919

Resumen: La campaña de sucesión gubernamental de 1919 en Bahía es considerada la más feroz del estado durante la Primera República. La acción política de los periódicos de Salvador, la capital de Bahía, fue significativa, especialmente la del periódico *A Tarde*, que ha dirigido la organización de una elección inconstitucional a la administración municipal, y propagó amenazas de las milicias armadas comandadas por coroneles del interior a la capital, em el episodio que quedó conocido como "Revolta Sertaneja". En este trabajo se analiza la cobertura del periódico *A Tarde* a la campaña electoral de 1919, y dos de sus contemporáneos, *Diário de Notícias* y *Diário de Bahia* para, a partir de ellos, discutir el papel social de los periódicos de la época. El marco teórico en el cual se basa la propuesta es la Sociología Figuracional de Norbert Elias (1999) y el proceso de modernización del periodismo propuesto por Nelson Traquina (2005).

Palabras clave: periodismo escrito, el papel social de los periódicos, las elecciones, la modernización.

O jornalismo, como prática social, estabelece uma relação de profunda simbiose com a sociedade que o suscita, deixando-se influenciar, mas também influenciando-a. Acreditamos que só é possível compreender a função que tal prática desempenha em dada sociedade se esta for analisada em relação a todo o conjunto que a compõe e com o qual se relaciona. No presente artigo, nos debruçamos sobre a ação dos jornais diários soteropolitanos na campanha eleitoral de 1919, considerada por muitos historiadores a mais acirrada da Primeira República, e sua relação com diversos aspectos da capital da Bahia no início do século XX.

Metodologicamente, nos amparamos na Sociologia Figuracional, proposta por Norbert Elias. O sociólogo compreende a sociedade como uma "teia de interdependências", na qual cada um dos elementos interfere e sofre interferência de todos os demais (ELIAS, 1999). Nesta perspectiva "[...] o conceito de função é um conceito de relação" (ELIAS, 1999, p. 85), o que permite e, até, exige que, além dos mídia, observemos também outras instâncias sociais, como a política, a economia e a cultura, para entender como se compõe o todo social e qual papel o jornal desempenha nessa relação de interdependência mútua.

O presente artigo está estruturado em cinco partes. No primeiro momento, apresenta-se brevemente a proposta editorial do jornal *A Tarde*, periódico mais antigo ainda em circulação na capital baiana, especialmente sua atuação em campanhas na Primeira República. Na sequência, apresentam-se, em três itens, os fatos mais decisivos do pleito estudado: a sucessão governamental de 1919 no Estado da Bahia, a proposta de uma eleição para a Intendência Municipal e o estímulo à revolta sertaneja. Finalizando, discute-se o papel que os impressos desempenharam nesse contexto, a partir da análise da cobertura eleitoral de 1919.

A proposta modernizadora do A Tarde

A Tarde foi fundado por Ernesto Simões Filho em Salvador, em 15 de outubro de 1912. Descendente de grandes senhores de terra, Simões Filho nasceu na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, em 1886, e mudou-se para Salvador aos 14 anos, para estudar no Colégio São José, onde produziu seu primeiro jornal, *O Carrasco*. Em 1907, formou-se em Direito e, no ano seguinte, aderiu ao grupo político de José Joaquim Seabra, um dos fundadores do Partido Republicano Dissidente³, cujas posições defendeu a partir do jornal *Gazeta do Povo*, no qual trabalhou como redator (CALMON, 1986, p.41). Nesse mesmo ano, elegeu-se deputado e, em 1911, em razão do apoio a Seabra, foi nomeado administrador dos Correios em Salvador, permanecendo no cargo até novembro de 1915 (CALMON, 1986, p.53-54.57). Casou-se em 1909, com Helena Guimarães Cerne.

O jornalista concretizou, de modo definitivo, sua paixão, com o jornal *A Tarde*, que começou a circular em 15 de outubro de 1912. O periódico era inspirado no carioca *A Noite*, lançado por Irineu Marinho, em julho de 1911, considerado moderno, com boa diagramação e impressão, oficina de gravura e distribuição em automóveis (SODRÉ, 1999, p.330). Ao contrário dos seus contemporâneos, o *A Tarde* não teve seu capital aberto, mas foi montado exclusivamente por Simões Filho, com as ações que herdara do avô, totalizando 23 contos de réis (SANTOS, J., 1985, p.45). A primeira edição, que custava 100 réis apresentava ao leitor soteropolitano o perfil da nova folha: “[...] Imparcial, ela não

será contudo indiferente aos embates do direito; neutra, não se esquivará das controvérsias partidárias quando interessarem ao bem-estar coletivo; ponderada, não provocará rixas a honra alheia, mas também não cederá um passo na reação pronta, enérgica e viril. [...]” (A TARDE *apud* CALMON, 1986, p.63.67).

O engajamento em campanhas das mais diversas marcou a história do *A Tarde* na Primeira República. Simões Filho, ainda na administração dos Correios, rompeu com o seabrismo, no final de 1912, ao iniciar campanha contra o secretário geral do governador, Arlindo Fragozo. Especula-se que o diretor do *A Tarde* desejava o cargo para o qual não fora convidado⁴. O secretário decidiu processá-lo, e o governador apoiou o assessor contra o antigo aliado. Rompidos os vínculos políticos, o periódico começa um longo percurso na oposição ao governo.

Embora promettesse ser o *A Tarde* uma folha “mais calma do que apaixonada”, ao relegar o apoio à situação, o jornal lançou-se em obstinada campanha de apoio ao então senador Ruy Barbosa, marcada por uma sequência de derrotas imposta pelo seabrismo, que comandou o estado até 1924. Antes delas, porém, a primeira grande campanha empreendida foi pela “[...] construção da estátua de Castro Alves, no antigo Largo do Teatro [...] concretizada com recursos obtidos da realização de uma partida de futebol, no Campo da Graça, por rapazes das mais ricas famílias da cidade” (MOURA, 2002, p.4). A estátua foi erguida ainda em 1913.

Através das campanhas do *A Tarde* é possível observar quem compõe a “sociedade” ou o “povo” com que o jornal procura dialogar. Tal percepção fica mais explícita nas campanhas políticas, especialmente eleitorais. Em plena campanha pelo governo do estado, em outubro de 1919, estampava como manchete de capa: “A SUCESSÃO GOVERNAMENTAL - As classes conservadoras cumprem o dever de não serem indiferentes aos negocios publicos”⁵. A notícia informava sobre a escolha do candidato da oposição liderada por Ruy Barbosa. No texto, a explicitação de quem eram as forças sociais reunidas sob o título de oposição:

O movimento da Associação Commercial, congregando-se com o Centro do Algodão, a Associação dos Empregados do Commercio, o Club Caixeiral e a

3 Seabra foi constituinte de 1891, Ministro da Justiça, entre 1902 e 1906 e Ministro da Viação no governo de Hermes da Fonseca, além de exercer dois mandatos como governador do Estado da Bahia (1912-1916 e 1920-1924). Assumiu ainda dois mandatos no Legislativo Federal e afastou-se da política com o golpe do Estado Novo, em 1937. Morreu no Rio de Janeiro, em 1942. (GOVERNO DA BAHIA, 2009)

4 Hipótese levantada por Pedro Calmon (1986, p.73).

5 Na presente pesquisa fizemos a opção de manter a grafia original, a fim de preservar não apenas conteúdo, mas também a forma das publicações.

União dos Varejistas, numa assembléa notavel de influencias legitimas e assumindo attitude decisiva, relativa aos negocios publicos, pode registrar-se como a integração das classes conservadoras nos seus direitos politicos. [...] (A SUCESSÃO, 18 out 1919)

A campanha governamental de 1919 registra de modo explícito a atuação política dos jornais soteropolitanos da Primeira República no desdobramento de diversos episódios. O *A Tarde*, que havia rompido com o seabrismo desde 1912, foi o periódico que mais se destacou. Ele representava o descontentamento com o governo de uma oposição formada por diversos setores da elite baiana.

A sucessão governamental da Bahia em 1919

O governador Antônio Moniz, seabrista eleito em 1916, realizou uma administração desastrosa, marcada pelo nepotismo e por frustrada busca de autonomia em relação ao partido, agravado pelas perturbações externas, resultantes da crise econômica em que o país mergulhava em decorrência da I Guerra Mundial (SAMPALIO, 1998, p.136). Já no início do governo, substituiu os secretários do governo anterior por homens de sua confiança, muitos deles parentes e contra-parentes (SAMPALIO, 1998, p.135-136). Ainda no primeiro ano de mandato, alterou a Lei de Organização Municipal, reduzindo de quatro para dois anos os mandatos dos intendentes, obrigando-os a prestar conta ao Executivo Estadual sobre as receitas e despesas dos municípios, o que resultou na perda do apoio político de muitos coronéis (SAMPALIO, 1998, p.137). Todas essas fragilidades fomentaram a reorganização da oposição. O descontentamento era patente e os jornais, como porta-vozes dos mais diversos setores sociais descontentes, abriam suas páginas à crítica:

[...] A Bahia tem soffrido muito, tem soffrido demais, é verdade, porém quanto maior é o seu sacrificio, a par de sua resignação, maiores parecem o cynismo e a insaciabilidade destruidora daquelles em cujas mãos se acha o seu porvir! O Governo do Estado faz politichalha; o do Município desacredita-se, ao ultimo ponto, nas desmoralizações derradeiras, que, dia a dia, se consummam!

Roubam, assaltam, derrocam, insufflam odios, cerceiam esperanças, olygarchizam o regimen, e quando se lhes vem ferretear os erros, censurar as desorientações, pôr em evidencia os colossaes absurdos e dispauterios desmedidos, é de ouvir, então, cantar lá fóra, a eterna lóa de que isto por aqui é um céo-aberto, um paraíso terreal, um seio de Abrahão, como não ha igual á face do mundo! (RUINAS, 10 jan. 1919)

O editorial foi destaque de capa do *Diário de Notícias*, em 10 de janeiro de 1919, demonstrando o descontentamento das oposições com o governo de Antônio Moniz, em torno das quais se agrupavam os quatro maiores jornais do período: *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *O Imparcial* e *A Tarde*. Este último, abertamente opinativo, publicava recorrentemente denúncias de corrupção envolvendo o governo do Estado. Mas, as críticas ao governo tornaram-se mais veementes quando atingiram diretamente o interesse da Associação Comercial, sempre defendidos e expostos como oriundos de vaga coletividade. É o que aconteceu, por exemplo, na matéria principal estampada na capa do *A Tarde* de 30 de setembro de 1912, cujo título, “O POLVO MUNICIPAL”, e o subtítulo, “Mais impostos para as bandalheiras: motor de ouro, lixo, etc.”, permitem identificar o tom irônico. No texto, mais uma vez, o jornal apresentava-se explicitamente como porta-voz das classes conservadoras, representadas pela Associação Comercial.

Contra a nova investida que os inclassificaveis administradores da cidade ensaiam á bolsa dos que trabalham e produzem honestamente, a Associação Commercial como lhe cumpre, - expoente maximo que é das classes conservadoras - acaba de representar energica e ponderadamente, num documento que só não é irrespondivel porque não ha processo de sophisteria reles ou chicana deslavada que repugne aos não menos indecentes cavalheiros que se [...] na carniça municipal, sob o rotulo de gestores da communa. (O POLVO, 30 set. 1919)

As forças de oposição política ao governo conseguiram, então, diante do crescente descontentamento,

reunir, em torno da figura de Ruy Barbosa, diferentes facções e interesses, todos dispostos a lutar pela derrubada de Antônio Moniz: comerciantes, agro-exportadores, coronéis, além dos líderes da antiga situação (SAMPALHO, 1998, p.142) como Luiz Viana, já septuagenário, e nomes emergentes como Pedro Lago, Simões Filho e João Mangabeira. Esse período marca, ainda, a explicitação da participação da Associação Comercial da Bahia na vida política local, assumindo postura diferente daquela mantida desde o início da República⁶ e a defesa de seus interesses pelos jornais, indicada pela expressão “classes conservadoras”. Acima de tudo, as campanhas de 1919-20 foram o resultado do combate ferrenho de tais classes conservadoras contra o seabrismo.

Relatos dos jornais do período indicam que a cidade vivia, nesse momento, um estado de calamidade, com deficiências nos serviços públicos como água, luz, viação e policiamento. Tal sensação descrita nos jornais foi reforçada pelos movimentos operários e pela epidemia de varíola, que deixou centenas de mortos em poucos meses. As greves de 1919 foram inspiradas por movimentos populares que começaram a eclodir nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando melhores salários, carga-horária de oito horas diárias e igualdade de condições entre homens e mulheres (SANTOS, M. A., 2001, p. 135-137). No mês de junho, várias categorias aderiram à greve geral, mobilizando mais de 15 mil pessoas (SANTOS, J., 1985, p.87) e obrigando o comércio a paralisar atividades por sete dias. A Associação Comercial intermediou o acordo e conseguiu a retomada das atividades, prometendo não punir os responsáveis.

Os periódicos explicitaram, nesse episódio, não apenas as camadas sociais que representavam, mas, principalmente, aquelas a quem pretendiam dirigir-se: não eram os operários e suas demandas que interessavam, mas a manutenção de uma ordem social. Contradiam o próprio discurso, no qual o povo e seus interesses eram figura retórica corrente e explicitavam o conflito social da capital baiana, geralmente encoberto nas páginas dos jornais. Implícito nesse discurso estava o interesse dos comerciantes, a elite econômica de Salvador.

Paralelo às agitações urbanas, os antigos líderes regionais, que viam seu poder ameaçado pelos novos modos de controle impostos por Moniz, também se levantaram no interior, ocuparam cidades, destituindo

⁶ De acordo com Angelina Garcez, é possível identificar três períodos de envolvimento político na atuação da Associação Comercial da Bahia. No primeiro, de 1890 a 1899, mantém “declarada neutralidade”; no segundo, de 1900 a 1912, estabelece “bom relacionamento com os grupos do poder”; e no terceiro momento, de 1913 a 1919, deixa a “aparente apatia” e posiciona-se explicitamente (1987, p.46).

intendentes nomeados pelo governador e colocaram-se em choque com tropas de policiais, geralmente em desvantagem⁷. Os levantes sertanejos chegavam às páginas dos jornais da capital e às tribunas federais. Os periódicos que apoiavam a oposição, entre eles o *A Tarde*, colocaram-se ao lado dos revoltosos, classificando-os como heróis, posição reforçada com o passar dos meses. A conflagração dos coronéis sertanejos cresceu, alimentada pelos jornais da oposição interessados em provocar a instabilidade do governo, a fim de suscitar intervenção federal. Antes disso, porém, outros fatos serviram para agravar a situação política da Bahia.

O pleito municipal de Salvador

Já no clima de disputa que antecede as campanhas para sucessão governamental, a oposição ao governo decidiu propor eleição direta para a Intendência Municipal da capital, questionando judicialmente a validade da legislação que conferia ao governador poder para indicar o intendente. Na edição de 14 de outubro, *A Tarde* trouxe como manchete a decisão tomada em reunião das forças oposicionistas: “O PLEITO MUNICIPAL será disputado pela oposição” (14 out .1919). A proposta, que havia sido defendida por Simões Filho na reunião dos chefes distritais, era aproveitar a eleição de 9 de novembro para o Conselho Municipal e apresentar candidatura de oposição para a intendência. Após três dias de negociação, a comissão escolhida na reunião definiu quem seria o candidato, anunciado na matéria principal da edição de 21 de outubro: “[...] o jornalista Simões Filho, o autor das memoráveis campanhas em defesa do município” (O PLEITO municipal - A chapa do Conselho, 21 out 1919).

Daí até o dia 7 de novembro, a capa do *A Tarde* dedicou boa parte do seu espaço ao convencimento do eleitorado sobre a inconstitucionalidade da lei que dava ao governador do Estado o direito de escolher os intendentes municipais e, conseqüentemente, afirmava a legalidade da eleição iminente. A carga mais informativa e um pouco menos opinativa só apareceu quando o jornal passou a divulgar informações sobre o trâmite legal para a autorização do pleito, a partir de 29 de ou-

⁷ Sampaio explica que as mudanças no trato com os líderes regionais representou a perda de apoio para o governo. “A tática que Seabra usara para dominar o interior - não interferir nas lutas interclãs e, passada a refrega, apoiar o vencedor - foi abandonada. A falta de habilidade política e as desastrosas intervenções armadas, enviadas por Antônio Moniz em apoio aos seus correligionários, transformaram o interior numa imensa cidadela anti-P.R.D. e valeram-lhe a conquista de inimigos do porte de um Horácio de Matos, em Lavras, e de um Franklin Albuquerque, no Médio São Francisco.” (1998, p. 140)

tubro, quando Simões Filho impetrou pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal para que permitisse sua candidatura (O SUPREMO, 29 out. 1919).

Além do *A Tarde*, outros jornais, também apoiadores da oposição, porém sob tom menos opinativo, abriram espaço para debater e defender a eleição direta para o cargo de intendente municipal. Era o caso do *Diário de Notícias*, que utilizava dois diferentes recursos: textos informativos, nos quais não sugeria explicitamente nenhuma posição da parte do leitor, e textos opinativos, que ocupavam lugar de destaque na capa, com letras grandes, geralmente circundando o nome do jornal, na parte superior da primeira página. Na edição da véspera das eleições, o jornal abriu espaço para o tema em seu editorial, porém sem linguagem violenta e autoritária, exaltando mais o direito cívico que as posições político-partidárias: “[...] - Ide votar, patrícios, que não fareis mais do que cumprir um dever sagrado, um dever que se impõe a todos os homens livres, sustentando as aspirações de melhores dias, que possamos nutrir, e coibindo quaesquer deturpações do regimen sob que vivemos. [...]” (DN, 8 nov. 1919).

As eleições aconteceram em 9 de novembro, tal como o previsto. Porém, o resultado não foi aquele que a oposição previa. A reação dos jornais veio com veementes protestos e textos indignados. O *A Tarde* publicou matéria intitulada “A orgia eleitoral”. No texto, abusava dos adjetivos e das metáforas:

Não é facil dominar o nojo, para vencer a vasa de cloaca em que o sr. Antonio Moniz atolou o pleito de hontem. [...] Nunca o desprezo pela liberdade do voto requintou em tanto cynismo. A capital, hontem, deixou a perder de vista as freguesias eleitoraes de arraial em que os mandões boçaes, com antecedencia de um mês, ostentam o seu prestigio, annunciando as eleições já estarem promptas ha muito tempo. (A ORGIA, 10 nov. 1919)

Também com texto exaltado, diferente da característica do jornalismo mais noticioso comumente praticado, o *Diário de Notícias*, não deixou de criticar os episódios que marcaram as eleições de 9 de novembro, em editorial. “Da bandallice que houve hontem sob a capa de eleição [...] os culpados não são os que vivem a se encher das burras do thesoiro, e sim, nós mesmos

que ainda não temos a energia precisa para reagir contra os defraudadores do regimen republicano [...]” (À MARGEM, 10 nov. 1919). Os protestos, entretanto, assumiam papel secundário na capa da edição de 10 de novembro do *Diário de Notícias*, que trazia como matéria principal a reportagem intitulada “A VARIOLA - É o maior flagello para o povo da Bahia, na actualidade” (10 nov. 1919), tema que disputou a atenção do leitor com o desenrolar do pleito durante longo tempo.

Tal comportamento não foi diferente nos outros diários. Durante a rápida campanha pelas eleições para Intendência Municipal, as páginas do *A Tarde* somente abriram espaço para um assunto com maior destaque do que a política: o surto de varíola que assolava a cidade e cuja responsabilidade era atribuída ao governo do estado e do município. Segundo o Boletim de Estatística Demografo-sanitária, publicado no Diário Oficial do Estado, de 23 de novembro a 6 de dezembro de 1919, a varíola provocou 776 óbitos, sendo 513 em Salvador (SAMPAIO, 1998, p.146.156). Na mesma edição que informou a candidatura de Simões Filho, o *A Tarde* publicou uma matéria, também com destaque na capa, intitulada “Socorra-nos o governo federal contra a varíola” (21 out. 1919). No dia 04 de novembro, mais uma manchete de impacto: “A peste avassalla a cidade - Salve-se quem puder! é o recurso dos vencidos” (4 nov. 1919) e, no texto, Salvador é comparada a uma cidade em guerra, sitiada.

Passado o pleito municipal, os jornais voltaram atenções para a campanha de sucessão do governador. Simões Filho solicitou a presença de Ruy Barbosa e o senador, mesmo septuagenário, deslocou-se até a Bahia, participando da comitiva da campanha que viajou por todo o interior do estado. Todas as manchetes e textos do *A Tarde* exaltavam a figura do senador como uma espécie de “libertador”, recorrendo frequentemente a expressões de cunho religioso como “apóstolo”, para se referir a ele, ou “evangelização”, aos seus discursos. Na manchete de capa da edição de 14 de novembro, tais aspirações ficaram evidentes: “A VIAGEM DO APOSTOLO À TERRA NATAL - ‘Aventuro-me a um dos maiores sacrificios da minha vida’ contra ‘o governo que se agarrou como vampiro àquella pobre terra’” (14 nov. 1919). As publicações evidenciam que, embora o candidato da frente de oposição fosse Paulo Fontes, a disputa não deixava de ser quase pessoal, entre Seabra e Ruy Barbosa (SAMPAIO, 1998, p.148).

A Revolta Sertaneja

O espaço ocupado pelas notícias da “glorificação” de Ruy Barbosa pelo interior do Estado, contudo, passou a ser, gradualmente, dividido com notícias sobre o envio de tropas da polícia para “conter” a insurgência dos coronéis e as manifestações populares de apoio à oposição. A nova estratégia antevia a derrota e tentava contorná-la. Isso era possível pois os modos de fazer política, que atrelavam resultados a acordos prévios com os coronéis responsáveis por currais eleitorais diversos e eram amparados por uma legislação falha, que dava margem às mais diversas fraudes, permitiam, mesmo sem pesquisas, antecipar os resultados (SAMPAIO, 1998, p.149). Ao perceber que o pleito seria vencido pela situação, a oposição passou a incentivar a revolta dos coronéis sertanejos, que já se conflavam contra os desmandos do governador Moniz de modo esparso desde 1916 e a organizá-los, a fim de suscitar a intervenção federal na Bahia. Acreditavam eles que, dada a simpatia demonstrada pelo presidente ao senador Ruy Barbosa e pelas explícitas manifestações de contrariedade ao grupo seabrista, ele poderia intervir e retirá-lo do poder.

Com cerca de 10 dias de antecedência ao pleito, o *A Tarde* passou a insuflar os coronéis sertanejos à revolta. Não usou, para tanto, apenas notícias sobre os combates travados no interior, mas também textos opinativos, notoriamente explícitos. Exemplo é o editorial publicado em 18 de dezembro sob o título “O dever do Sertão”: “[...] Ah o dever do sertão é levantar-se! Que elle meça o horror de sua escravidão e, erguido como um só homem, leve de vencida tudo quanto sirva de obstaculo ao advento de sua liberdade” (O DEVER, 18 dez. 1919).

O incentivo seguia explícito, saindo o pleito do lugar de destaque nas manchetes e sendo substituído pela revolta do Sertão. As eleições ocorreram em 29 de dezembro, seguindo o mesmo padrão de comportamento tradicional – fraudes de ambos os lados. Em 14 de janeiro, os jornais da oposição anunciavam resultados parciais: Paulo Fontes teria 25.874 votos contra 12.240 de Seabra. O *Diário Oficial*, por sua vez, na mesma data, publicou: 45.585 votos para Seabra e 10.374 para Fontes (SAMPAIO, 1998, p.150)⁸. Com a constatação cada vez mais visível da derrota nas urnas, a oposição optou por provocar a agitação social, incentivando luta armada do Sertão contra a capital, proposta cuja autoria é atribuída a Simões Filho (CALMON, 1986, p.103; MORAES, 1997, p.127.) e na qual o jornal teve um papel decisivo.

8 Utilizamos as informações disponibilizadas por Consuelo Sampaio porque os exemplares de *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *Diário da Bahia* da última semana de dezembro de 1919 até a primeira semana de fevereiro de 1920, disponíveis na Biblioteca Pública do Estado, estão sem condições de manuseio e leitura.

Na cobertura do evento, o *A Tarde* assumiu duplo papel: insuflador dos coronéis do Sertão e aterrorizador da população da capital. As estratégias utilizadas para tanto, adotadas também pelos demais jornais que representavam os interesses da oposição, foram textuais (SANTOS, J., 1985, p.106): nas narrativas de batalhas, o governo era apresentado como acuado diante de um exército esmagador de sertanejos. Os números de mortos e feridos não eram informados. As informações apareciam sempre em letras destacadas na capa, com manchetes bombásticas: “A VICTORIOSA REBELIÃO SERTANEJA – O coronel Horacio de Mattos, á frente de 3.000 homens, marcha sobre a capital” (18 fev. 1920). O texto abusava dos adjetivos elogiosos: “[...] O proprio governo bahiano, acuado pela evidencia insophismavel dos factos, parece ter desistido dos recursos ridiculos e burlescos de [...] O governo capitulou dos seus propositos de negação systematica. O governo confessa a realidade da campanha sertaneja a mão armada [...] (A VICTORIOSA, 18 fev. 1920).

Durante os três meses de combate, as manchetes do jornal *A Tarde*, mantendo o mesmo tom exaltado, quase sempre destacaram os rebeldes e buscaram exaltar sua causa: “É a revolução!” (21 fev. 1920), “A revolução Triunphante” (23 fev. 1920), “É o Estado inteiro que luta – As columnas do exercito libertador batem estradas em rumo da Capital” (24 fev. 1920), “Viva o sertão bahiano!” (25 fev. 1920), “O banimento da oligarchia Seabra” (2 mar. 1920) e “A reacção libertadora do Nordeste” (5 mar. 1920).

Na realidade, não é possível precisar as informações a respeito do combate, visto que, ao mesmo tempo que a oposição, através de seus jornais, tinha o objetivo de ampliar as dimensões do exército rebelde, o governo reduzia sua importância, para evitar o pânico e a intervenção federal. A Associação Comercial, que compactuava com a oposição desde o rompimento com Seabra, ordenou o fechamento do comércio por cinco dias, de 2 a 7 de fevereiro de 1920, solicitando garantias ao Comandante Militar, General Cardoso de Aguiar. Dizia-se também que os comerciantes estariam financiando a campanha rebelde e suprindo com armas as milícias interioranas (SANTOS, M.A., s/d, p.100). Para evitar que a entidade aparecesse ligada aos revoltosos, o presidente do órgão enviou telegrama ao presidente da República solicitando a intervenção, propósito inicial da oposição. A resposta de Epitácio Pessoa foi ordenar que as portas do comércio fossem reabertas.

O plano da oposição delineava-se com evidência nas páginas do *A Tarde*. A cada edição, a capa era estampada por telegramas de diversos lugares do estado

informando sobre a ocupação de municípios pelas tropas rebeldes. Ao contrário das expectativas, o Governo Federal autorizou o exército a intervir na Bahia, em 23 de fevereiro de 1920, porém não para depor o governador Moniz, mas no intuito de pacificar o Sertão (SAMPAIO, 1998, p.152). Os jornais oposicionistas reagiram: “A nação em peso protesta contra a intervenção” (09 mar. 1920), “Mais tropa para pacificar os sertões... ‘em paz’” e “O SR. GENERAL AGUIAR **ameaça com aeroplanos** E FAZ POLITIQUICE PARA O SR. SEABRA USURPAR O GOVERNO EM PAZ” (12 mar. 1920 [grifos no original]). Não conseguiram conter, porém, a posse do governador eleito. J.J. Seabra tomou posse em 29 de março de 1920 para seu último mandato, e o *A Tarde* publicou, no dia seguinte: “O ultimo acto da comedia – A posse da usurpação fez-se como enterro de defunto pobre, com pouca gente” (30 mar. 1920).

Os coronéis rebelados assinaram três acordos em separado para garantir a continuidade do poder regional (SAMPAIO, 1998, p.153). O mais famoso deles, o “Acordo de Lençóis”, garantiu a Horário de Matos que suas tropas não entregassem armas e munições, que conservaria o governo dos municípios ocupados durante a revolta e receberia duas vagas fixas de deputados, uma na Assembléia Estadual e, outra, na Federal, para os candidatos indicados por ele (TAVARES, 1987, p.172).

Reflexões sobre o jornal-tribuna

Um dos impulsos decisivos nas mudanças que caracterizam a chamada modernização da prática jornalística, a partir do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, é a emergência de um novo sistema político, no qual a comunicação com o público exercia papel fundamental: a democracia representativa. Neste modelo, os jornais passavam a desempenhar a função de fiscais dos poderes públicos e porta-vozes da sociedade, estabelecendo ambígua relação no jogo político (TRAQUINA, 2005). Ao mesmo tempo em que serviam como espaço de discussão e visibilidade para interesses privados, de anunciantes e apoiadores políticos, também precisavam manter uma imagem de imparcialidade, pois ela garantiria a confiança do público e, conseqüentemente, a venda e leitura das publicações. Na esteira dessa venda, os jornais aumentavam os valores dos anúncios, regidos pela tiragem e alcance dos periódicos. E o poder de barganha política também crescia, pois, sendo o político eleito pelos cidadãos, era do seu interesse apresentar “boa imagem” ao eleitor, para atingir metas e permanecer por mandatos consecutivos.

O jornalismo praticado em Salvador na virada do século XIX para o XX não experimentou esse quadro

de mudanças integralmente. Ele foi apenas parcial e, de certo modo, gradual. A visão do jornal como empresa já marcava a imprensa durante toda Primeira República, o que pode ser percebido pela participação ativa da Associação Comercial da Bahia. E a tentativa de conquistar a confiança do leitor é explicitada nos seus programas, geralmente ao propor um “jornalismo independente”. Entretanto, faltava um dos elementos essenciais – o sistema democrático representativo, de fato.

A República pegou a Bahia de surpresa e encontrou grandes resistências para sua aceitação. O estado foi o último a reconhecer o novo regime e, mesmo depois de feito, muitos chefes políticos locais continuaram jurando fidelidade ao Imperador (SAMPAIO, 1998, p.27). Para a elite baiana, a República significava continuidade do quadro de estagnação econômica, conseqüente redução do prestígio político junto do poder central e possibilidades de mudanças na estrutura social (SAMPAIO, 1998, p.32). Sem ter como alterá-lo, porém, foi necessário adaptar-se à nova realidade político-administrativa do país. Como resultado, essa fase de transição foi marcada por um sistema novo e uma política velha, mesmas práticas, mesmos personagens e mesmo jornalismo. Sem um sistema democrático consolidado na Bahia de então, o jornalismo não atuava como vigia do poder e porta-voz da sociedade, tal como previa o modelo nascido com a modernização proposta desde o século XIX. Permaneceu com sua função de tribuna política, o que se demonstra pela predominância do texto opinativo. Seu objetivo não era informar, mas formar, ou, como os próprios periódicos defendiam em seus editoriais, “instruir”, “orientar”⁹.

O novo regime impunha regras diferentes e obrigava os detentores de cargos políticos a se voltarem para um pequeno grupo de letrados que, agora, também poderiam intervir, a classe média. Certamente, era a tal leitor que os jornais deveriam “instruir” e “orientar” sobre decisões eleitorais. Composta por funcionários públicos, profissionais liberais e alguns poucos operários, essa parcela da população era contemplada com uma ou outra matéria jornalística sobre reivindicações de classe, às vezes, queixas com relação à economia ou eventos de interesses, nas páginas esportiva e cultural. A população pobre, em geral analfabeta e, portanto, não

⁹ Temos ciência que tal visão funcionalista do processo comunicativo foi questionada e, inclusive, substituída por outros modos de compreensão décadas após o contexto descrito. Neste trabalho, porém, pretendemos enfatizar o modo como a comunicação era entendida pelos próprios veículos e por seus leitores no período em que os fatos ocorreram, ou seja, discorrer sobre como os jornais se posicionavam socialmente na complexa teia de interdependências que constituía a sociedade soteropolitana no final da década de 1910.

eleitora, só encontrava espaço nos periódicos com notícias policiais, relacionadas a crimes exóticos, sempre apresentados com o estranhamento de quem narra uma obra de ficção. Os dois grupos, o primeiro por concordância obediente às regras do jogo político, e o segundo por exclusão do mesmo jogo, ajudaram no processo de “naturalização” das falas dos jornais como representativos do “povo” (RIBEIRO, 2004, p.322), ilustrando como personagens seus textos e imagens, o que constitui muito mais figura retórica do que prática editorial.

O jornal soteropolitano na Primeira República é, portanto, fruto das contradições da própria sociedade, suas páginas e práticas demonstram o embate na busca por equilibrar a dicotomia: moderno e conservador. A constante tensão presente nos textos também faz emergir outras dicotomias, polarizadas entre paixões ideológicas e interesses econômicos e políticos, entre informação e opinião. Nessa transição de regime político, de século, de economia, inspirada pelo próprio tipo de política praticado, a paixão sobressai. Serão necessárias, ainda, três décadas até que o jornalismo soteropolitano avance mais no processo de modernização. Entretanto, a despolitização continua esperando, até os dias atuais.

Referências

CALMON, Pedro. *A vida de Simões Filho*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Associação Comercial da Bahia - 175 anos - Trajetória e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

GOVERNO DA BAHIA. “Galeria de Governadores”. In: *Site Oficial do Gabinete do Governador*. Disponível em: <<http://www.governador.ba.gov.br/?pg=galeria>>. Acessado em: 20 fev.2009.

MORAES, Walfrido. *Simões Filho - O jornalista de combate e o tribuno das multidões*. Salvador: W. Moraes, 1997.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público - A Institucionalização do Jornalismo no Brasil - 1808-964*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

SANTOS, José Weliton Aragão dos. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: Sobrevivência e Tensão - Salvador (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001.

_____. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República - Um grupo de Pressão*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, s/d.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPANNENBERG, Ana C. M. *Entre mudanças e permanências: Itinerário do papel social dos jornais diários soteropolitanos no século a partir da análise das coberturas eleitorais do jornal A Tarde em 1919, 1954 e 1990*. 2009. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Salvador : FFCH/UFBA.

_____. *Jornalismo em campanha: Análise do papel social dos diários soteropolitanos a partir da cobertura da sucessão governamental de 1919 no Estado da Bahia*. In: *7ª Encontro Nacional de História da Mídia, 2009*, Fortaleza. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/JORNALISMO%20EM%20CAMPANHA.pdf> Acesso em: 17 abr 2015.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1987.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005. Volume I.

Periódicos

À MARGEM de uma bandalheira, *Dário de Notícias*, Salvador, 10 nov.1919, p.1.

A NAÇÃO em peso protesta contra a intervenção, *A Tarde*, Salvador, 9 mar.1920, p.1

A ORGIA eleitoral, *A Tarde*, Salvador, 10 nov.1919, p.1.

A PESTE avassalla a cidade - Salve-se quem puder! é o recurso dos vencidos, *A Tarde*, Salvador, 4 nov.1919, p.1.

A REACÇÃO libertadora do Nordeste, *A Tarde*, Salvador, 5 mar.1920, p.1

A REVOLUÇÃO TRIUNFANTE. *A Tarde*, Salvador, 23 fev 1920, p.1

A SUCESSÃO governamental, *A Tarde*, Salvador, 18 out.1919, p.1.

A VARIOLA - É o maior flagello para o povo da Bahia, na actualidade, *Dário de Notícias*, Salvador, 10 nov.1919, p.1.

A VIAGEM do apóstolo á terra natal, *A Tarde*, Salvador, 14 nov.1919, p.1.

A VICTORIOSA Rebelião Sertaneja, *A Tarde*, Salvador, 18 fev.1920, p.1.

DIÁRIO de Notícias, Salvador 8 nov.1919, p.1.

É A REVOLUÇÃO! *A Tarde*, Salvador, 21 fev.1920, p.1.

É O ESTADO inteiro que luta, *A Tarde*, Salvador, 24 fev.1920, p.1.

MAIS TROPA para pacificar os sertões...‘em paz’, *A Tarde*, Salvador, 12 mar.1920, p.1.

MOURA, Marjorie. Campanhas deixaram na memória a energia e o brilho do fundador. *Jornal A Tarde*, Salvador, 15 out.2002. Caderno Especial 90 anos em defesa da Bahia, p.4.

O BANIMENTO da oligarchia Seabra, *A Tarde*, Salvador, 2 mar.1920, p.1.

O DEVER do Sertão, *A Tarde*, Salvador, 18 dez.1919, p.1

O PLEITO municipal será disputado pela oposição, *A Tarde*, Salvador, 14 out.1919, p.1.

O PLEITO municipal - A chapa do Conselho apoiada pela oposição, *A Tarde*, Salvador, 21 out.1919, p.1.

O POLVO municipal, *A Tarde*, Salvador, 30 set.1919, p.1.

O SUPREMO tribunal vae decidir da eleição de intendente, *A Tarde*, Salvador, 29 out.1919, p.1.

O ULTIMO acto da comedia, *A Tarde*, Salvador, 30 mar.1920, p.1.

RUINAS de um Estado. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 jan.1919, p.1.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República - Uma Política da Acomodação*. Salvador: EdUfba, 1998.

SOCORRA-NOS o governo federal contra a varíola, *A Tarde*, Salvador, 21 out.1919, p.1

VIVA O SERTÃO bahiano! *A Tarde*, Salvador, 25 fev.1920, p.1.

Recebido em: 05/03/2015

Aprovado em: 17/04/2015